

GESTÃO EDUCACIONAL NO NORTE DO BRASIL: FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO.

**Roberto Gilonna Júnior
Dalmir Pacheco**

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a experiência exitosa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), em gestão de projeto de capacitação em educação especial para professores de educação básica, no interior do estado do Amazonas. Ao desenvolvermos este estudo, discutimos o entendimento do que vem a ser a gestão educacional ou mais precisamente, a gestão da educação especial. Entende-se que além do aspecto gerencial do dia a dia do ambiente de aprendizagem, como serviços e recursos materiais, deve-se enaltecer a gestão dos conhecimentos. Neste item em particular, destaca-se a formação em educação especial. Assunto sempre presente no cotidiano escolar, mas que ainda é tratado de forma tangencial por grande parte dos atores envolvidos na educação, mesmo a despeito do movimento inclusivista ter se intensificado a partir dos 80 e 90 do século passado.

Desta forma, entendemos que o curso desenvolvido pelo IFAM, se mostra de grande relevância no atendimento do anseio básico dos professores em formação teórico-prático, pois, de acordo com o relato da maioria, muito se fala, e pouco se mostra como fazer. O contexto de gestão educacional é formado por pessoas e organizações de ensino. As pessoas passam boa parte de suas vidas trabalhando em organizações de ensino, e dependem delas, para sua subsistência. Já as organizações dependem das pessoas para produzir seus bens e serviços e atender os seus clientes.

Segundo Vergara (2000) a gestão é um ramo das ciências humanas que administra grupos de pessoas, procurando manter a coesão entre elas, à estrutura funcional e os recursos existentes de forma ao atendimento universal. Oliveira Jr. (2002) ainda destaca que uma das marcas distintivas da gestão moderna é a importância das *ações educativas*, no conjunto de instituições sociais nas quais todas as atividades são planejadas, coordenadas, dirigidas e controladas com fins em envolvimento de pais, professores e técnicos.

No que se reduz a educação existem tantos conceitos de Gestão Educacional como quanto os livros escritos sobre o assunto, porém é comum que a função de um gestor esteja

relacionada com o alcance de objetivos por meio do esforço de outras pessoas. Portanto, Gestão Educacional é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas organizacionais (Silva, 2008, p.6).

Deve-se enfatizar então que a escola se apresenta como uma das mais importantes instituições sociais, pois exercer um papel mediático entre o indivíduo e a sociedade. Bock (2008) afirma que isso só faz sentido se estiver vinculada a uma percepção participativa da sociedade. Na gestão educacional democrática, Rocha (2012, p.22) chama atenção sobre um pensamento débil, fruto da nova holística humanística cujo seu objetivo não é acabar com o “pensamento”, mas com qualquer possível pretensão hegemônica do pensamento de formação continuada através da compreensão da gestão educacional como atividade meio.

Para Matos (1996) a formação contínua da educação está vinculada aos mecanismos legais e institucionais inseridos no contexto educacional e à coordenação de atitudes que propõem a participação social. No elenco desta formação estão planejamento e elaboração de políticas educacionais, tomadas de decisões, escolha do uso de recursos e prioridades de aquisição, execução das resoluções colegiadas, nos períodos de avaliação da escola e da política educacional.

A aplicação prática da política da universalização do ensino não pode estar atrelada mais a uma prioridade educacional, devendo ser obrigatório analogicamente, o ingresso e a permanência do aluno na escola, assim como a garantia da qualidade social da educação com lei irrefutável sob todos os aspectos.

Inferese que as atitudes, os conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e competências na formação do gestor da educação são tão importantes quanto à prática de ensino em sala de aula. No entanto, a gestão do ator educacional de nada vale se não houver a premissa vocacional convincente, e uma preocupação real com o processo de ensino/aprendizagem, e não simples “mestocratas” cumpridores de normas e regras.

Ainda de acordo com Matos (1996), os gestores educacionais devem não só possuir habilidades para diagnosticar, contudo, precisam necessariamente compor um quadro de soluções assertivas, terem habilidades científicas e sociais além de competências para a escolha das ferramentas adequadas aliadas, deixar de fazer rodopios teóricos e cair na prática real, sendo empreendedores da qualidade e melhorando a produtividade profissional.

O gestor precisa ter ciência que a qualidade da escola também depende dele, devido à sua interação diária com os atores sociais, indivíduos e grupos (externos e internos) que influenciam o seu funcionamento através de cinco dimensões.

Absorve-se então, que gestão educacional é um conjunto de atividades dirigidas não somente para padronização burocrática e utilização eficiente do aparato educacional público, mas, o conjunto de dimensões, pedagogias, estratégias e, sobretudo, práticas que geram resultados satisfatórios.

Quadro I – As dimensões necessárias na gestão educacional	
Extroversão	Nível de conforto de uma pessoa com seus relacionamentos, cortesia gratuita;
Amabilidade	Nível de propensão em um indivíduo para acatar as ideias dos outros sem estrelismos;
Consciência	Uma pessoa altamente consciente é responsável, organizada, confiável e persistente;
Estabilidade emocional	Capacidade de enfrentar o estresse, com ações calmas, autoconfiantes e seguras;
Abertura para experiências	Pessoas com locus de controle aberto, criativo e sensível artisticamente, que sabem lidar com situações familiares.
Fonte: Rizzato e Marcião (2013)	

O gestor educacional deve saber interagir com os problemas e objetivos, levar a prática da ação e resultado, agregando à sua gestão a formação não só de professores e técnicos empreendedores, mas, a própria sociedade que procura o bem comum.

Gestão educacional na formação de professores e técnicos em educação especial

A gestão em educação especial está ligada a uma área contingencial e situacional, pois depende de vários aspectos como a cultura, estrutura, características locais, negócio, na tecnologia empregada no órgão de ensino, e no preparo humano para lidar com as diversas situações.

Segundo Silva (1996), a gestão educacional passa pela democratização da escola sob dois aspectos: a) interno - que contempla os processos administrativos, com a participação efetiva da comunidade escolar nos projetos pedagógicos, englobando inclusive, os servidores intermediários nas discussões; e b) externo - ligado à função social da escola, na forma como produz, divulga e socializa o conhecimento.

Com isso, aprender a trabalhar com a educação é um desafio para os docentes e para escola de modo geral, nessa perspectiva. Assim, o professor, cuja função é ensinar, tem a obrigatoriedade de aprender.

A busca por novas metodologias e técnicas para ensinar tem sido um desafio para muitos professores, no intuito de atender a essa demanda de pessoas especiais, e também, manter o nível de aprendizagem da sala como um todo.

Do ponto de vista de Bock (2008, p.266) ao transmitir a cultura e os modelos de comportamento e valores morais e sociais, a escola permite que a criança especial passe a se olhar como um ser humano, cultivado, socializado e lapidado, no processo de educação.

Inferese com isso, que a gestão educacional especial parte da análise central, cuja necessidade é trazer suporte teórico, para uma meditação sobre o tema, de forma que seja possível transpassar o nível de entendimento sobre gestão como palavra recente que se introduz a uma ideologia conceptiva de política pública.

Isto permite prever gestão no sentido de um desenvolvimento consciente entre ações (práticas) que se realizam no cotidiano da instituição escolar e na sua representatividade política e social.

Chama-se atenção para a apreciação em crianças, jovens e adolescentes com ‘sobredotação’, que deixando de imitar comportamentos adultos, vai apropriando-se de modelos próprios de pensamentos e valores, aumentando-se assim sua autonomia intelectual e, avançando em relação ao grupo comum.

Segundo Morin (2000) é preciso que o gestor educacional considere as dificuldades de uma estratégia a serviço de uma finalidade complexa, como a que é indicada pela divisa “liberdade, igualdade, fraternidade”.

Apoio educativo à Pessoa com Deficiência - PCD

O planejamento psicopedagógico em educação especial, em geral, ainda vive na era da escuridão, como se refere Platão (2004) através do mito da caverna, ou seja, um contraste entre o mundo sensível que observamos através dos sentidos e o mundo das ideias alcançadas através de intensa reflexão, com a educação representada na sala de aula como um ambiente que, muitas vezes, aprisiona o aluno.

Uma pessoa com algum tipo de necessidade específica se apresenta com uma série de dilemas internos, que Bock (2008, p.247) denomina de estruturas neuróticas ou psicóticas. Freud definiu clinicamente a neurose, cujos: “sintomas do comportamento, das idéias ou dos

sentimentos, são a expressão simbólica de um conflito psíquico que tem suas raízes na história infantil do indivíduo” (FREUD. Apud LAPLANCHE, J e PONTALS, J. –B. 2001).

Quem é o profissional que vai lidar com crianças com deficiência? Quem é o indivíduo que tem a primazia de pedagogicamente, inserir este ser humano no contexto social para ter seus direitos garantidos? A priori o professor, mas, sobretudo, a família, os amigos, os governos, as escolas, as universidades, os centros de ensino.

E nesta perspectiva nasce no Amazonas, dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia o projeto ARUMÃ que prepara (ou pelo menos dá o start) o profissional que vai ser a ferramenta principal nessa revolução social e educacional, que ora acontece na capital e, principalmente no interior do estado, onde a carência por formação é acentuada.

A experiência do projeto Arumã na formação contínua no contexto Amazônico

Para entendermos o porquê da implantação do Projeto Arumã no IFAM, devemos fazer uma pequena regressão histórica. E intencionamos começar não necessariamente seguindo a cronologia temporal.

Melhor dizendo, começaremos falando do Plano Nacional de Educação Especial-PNEE, lançado em 2008 e que estabeleceu de forma clara e contundente os objetivos e diretrizes para os procedimentos necessários, ou melhor, para o gerenciamento da prática inclusiva, neste caso a educação especial nas escolas regulares. Desta feita, ao tomar como parâmetro os princípios de uma educação inclusiva, dentre os quais a valorização dos direitos humanos e da indissociabilidade entre igualdade e diferença, o governo brasileiro assume o compromisso de inclusão das pessoas com deficiência no espaço escolar regular.

Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: Transversalidade da educação especial; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização; Formação de professores; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

De acordo com Brasil (2008) o atendimento às pessoas com deficiência teve início com criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, o atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

Já no século XX, é fundado o Instituto Pestalozzi (1926); em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 no seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino.

Brasil (2008, p.11) enfatiza que “para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área”.

Em tese todos deveriam ser capacitados, do porteiro ao diretor, mas a realidade não demonstra isso. Um dos pilares da Educação Especial, que é a interação e a interdisciplinaridade, fica totalmente prejudicado, pois a escola nessas horas se restringe ao professor. Então, como proceder? Existe um programa de formação de professores em educação especial? Os professores alegam que estão cansados de palestras e atividades de sensibilização, o que eles desejam é algo mais prático e realista, pois assim poderiam atuar com mais segurança.

De acordo com Brasil (2008, p.12) refere que;

“Para assegurar a intersetorialidade na implementação das políticas públicas a formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações”.

Desta feita, ao tomar como parâmetro a citação acima, que destaca a necessidade de políticas pública que promovam o conhecimento de gestão de sistema educacional inclusivo, bem como a parceria com outras esferas do poder público, o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas– IFAM criou em 2010, o Curso de Educação Especial na

Perspectiva Inclusiva, denominado Projeto Arumã¹. Este curso tem como propósito a promoção de uma educação de qualidade, sensibilizadora e inclusiva, por meio da habilitação de professores da Educação Básica em práticas e estratégias de adequação ao processo de ensino e aprendizagem nas classes comuns, para o atendimento a Pessoas com Deficiência (PCDs).

O Projeto Arumã, oferece conhecimentos com bases científicas sobre temas ligados à Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Promove a discussão sobre o encontro pedagógico com a Pessoa com Deficiência (PCD) no ambiente escolar; Qualifica os cursistas em Tecnologia Assistiva; cria Jogos Educativos, com materiais alternativos para crianças e adolescentes que frequentam escolas regulares ou especiais; Caracteriza de diferentes abordagens teórico-metodológicas voltadas à educação de pessoas com necessidades educativas especiais, com enfoque na inclusão; E, capacita os professores em Acessibilidade Comunicacional, com aprendizado em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Braille, Soroban, Orientação e Mobilidade e Software Inclusivos.

A articulação entre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, que é viabilizada pelo Projeto Arumã, visa à preparação de professores da educação básica para o processo de Inclusão nas classes de Ensinos Fundamental e Médio de Pessoas com Deficiência.

O Projeto Arumã oferece ao público-alvo o contato com suportes teóricos e práticos com vistas à integração e interação de estudantes público alvo da educação especial em ambiente escolar diverso.

No processo de consolidação de práticas que objetivam a construção de uma verdadeira escola inclusiva, percebe-se, cada vez mais, a necessidade de se preparar profissionais para o espaço educacional, retomando-se o preceito de uma educação para a convivência, por meio da qual devem, sobretudo, ser trabalhados conceitos de tolerância, diversidade e aceitação do outro, não importando quem seja ele.

O referido curso intenciona oportunizar a quebra da mais sólida de todas as barreiras para inclusão: a questão atitudinal, pois aí estão contidos discriminação e preconceitos, que só podem ser modificados em uma educação mais ampla, ou seja, em uma educação que objetiva, em primeiro lugar, a formação humana.

¹ **Arumã:** Fibra sofisticada para cestaria, famosa por seus grafismos peculiares. A cestaria de arumã é uma forma de arte milenar, ensinada aos homens baniwas pelos seus heróis criadores e cujos grafismos foram inscritos pelos antepassados nas pedras, em forma de petroglifos, para que nunca fossem esquecidos. Para os Baniwas, fazer arte de arumã é condição da pessoa plenamente cultural.

A gestão do conhecimento em um sistema educacional inclusivo: a experiência do IFAM

Ao adotar a Educação Inclusiva como princípio básico, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) implantou, em abril de 2002, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE, que tinha como objetivo o desenvolvimento de uma educação para a convivência. Durante a vigência dessa política institucional, foram realizadas inúmeras atividades de sensibilização da comunidade interna por meio de seminários, cursos, oficinas e mesas-redondas, dentre outras.

Dando continuidade às ações inclusivas, no dia 4 de setembro de 2007, foi implantado, no IFAM, o Projeto Curupira²-INCLUIR (MEC-SESU)- Núcleo de Acessibilidade e Educação Inclusiva, que iniciou um intenso processo de sensibilização quanto à convivência na diversidade na comunidade escolar. Em (2009-2010) Projeto Curupira teve como objetivo principal a expansão do Núcleo de Acessibilidade e Educação Inclusiva para outros campi do IFAM. E por fim, (2010-2011), teve como meta a promoção e intensificação de ações que garantissem o acesso, permanência e sucesso de pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

Em 2008, teve início o PROJETO EFICIÊNCIA que promoveu a articulação entre a Educação Especial e a Educação Profissional desenvolvida pelo IFAM, e proporcionou a preparação básica para o mundo do trabalho de Pessoas com deficiência. Em 2009, foi desenvolvido o PROJETO TUPÃ³, que teve como objetivo capacitar servidores docentes e técnicos administrativos do IFAM, bem como profissionais da rede de ensino pública e particular de Manaus, em Educação Inclusiva. Por fim, em 2010, foi criado O Projeto Arumã, que oferece uma formação em educação especial, sob a perspectiva inclusiva, para professores residentes na capital e em municípios no interior do Estado Amazonas.

Em 2012 a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (SEDUC-AM), divulgou dados relativos ao número de matrículas por tipo de deficiência, segundo a localização e rede de ensino do Estado do Amazonas conforma a Tabela I.

² **Curupira:** Ser mitológico indígena. Popular no folclore de todo o Brasil. É o protetor das caças e dos animais indefesos. Vive no corpo de um menino, e tem os calcanhares voltados para frente, e os dedos para trás. O Curupira é o deus que protege a floresta”. (ROCQUE, op.cit.p.596).

³ **Tupã:** Nome que os tupis davam ao trovão, cultuado como divindade maior.

Tabela I - Dados Preliminares do Projeto Arumã

LOCALIZAÇÃO	NÍVEL DE ENSINO	TIPO DE DEFICIÊNCIAS						
		SRDEZ	CEGUEIRA	BAIXA VISÃO	SURDOCEGUEIRA	AUTISMO INFANTIL	SÍNDROME DE FET	DEFICIÊNCIA FÍSICA
CAPITAL	FEDERAL	-	-	4	1	-	-	2
	ESTADUAL	337	54	203	5	23	3	186
	MUNICIPAL	71	15	100	4	185	3	310
	PRIVADA	135	2	31	-	102	-	79
	TOTAL	543	71	343	10	310	6	577
INTERIOR	FEDERAL	2	-	1	-	-	-	-
	ESTADUAL	117	23	282	2	26	3	188
	MUNICIPAL	199	45	494	4	82	12	710
	PRIVADA	23	5	26	1	17	-	207
	TOTAL	341	73	803	7	125	15	1100
ESTADO	FEDERAL	2	0	5	1	0	0	2
	ESTADUAL	454	77	480	7	49	6	389
	MUNICIPAL	270	60	594	8	267	15	1020
	PRIVADA	158	7	57	1	119	0	286
	TOTAL	884	144	1.146	17	435	21	1.677

LOCALIZAÇÃO	NÍVEL DE ENSINO	TIPO DE DEFICIÊNCIAS						
		DEFICIÊNCIA AUDITIVA	DEFICIÊNCIA MULTÍPLA	SÍNDROME DE ASPERGER	DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO	TRANSIÇÃO DESINTEGRATIVA DA INFÂNCIA	TOTAL GERAL
CAPITAL	FEDERAL	2	-	-	1	-	-	10
	ESTADUAL	53	24	4	803	5	17	1.722
	MUNICIPAL	161	133	37	1.202	6	60	2.287
	PRIVADA	38	24	11	174	12	31	639
	TOTAL	254	181	52	2.180	23	108	4.668
INTERIOR	FEDERAL	-	-	-	1	-	-	4
	ESTADUAL	77	41	21	634	2	30	1.441
	MUNICIPAL	280	279	39	1.662	20	118	3.924
	PRIVADA	63	159	81	663	2	30	1.297
	TOTAL	400	479	141	2.960	24	178	6.665
ESTADO	FEDERAL	2	0	0	2	0	0	14
	ESTADUAL	130	65	25	1.487	7	47	3.163
	MUNICIPAL	421	412	76	2.864	26	178	6.211
	PRIVADA	101	183	92	857	14	61	1.936
	TOTAL	654	660	193	5.160	47	286	11.324

Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DPGF/GEPEs

A 1ª Edição do Projeto Arumã/IFAM foi desenvolvida em onze turmas, nos municípios: Manaus (Capital), Iranduba (Distritos Cacau Pirêra, Sede e Lago do Limão), Coari, Urucará e Presidente Figueiredo, aos sábados e domingos. Para efetivação do curso nos municípios, foi celebrada parcerias junto às Prefeituras locais, através de suas Secretarias de Educação.

Os critérios estabelecidos pelo IFAM que dispõe normas e procedimentos pedagógicos aconteceram ao longo do curso, permitindo ao aluno uma reflexão-ação-reflexão da

aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa, processual. O instrumento de avaliação utilizado se deu através de exercícios, testes, experimentos, estudos de caso, questionários, relatos de histórias, pesquisas, entre outros.

A seguir apresentamos um resumo das atividades desenvolvidas em cada município:

- **Manaus - Amazonas**

Foram capacitadas duas turmas na cidade de Manaus, ambas realizadas nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) – *Campus Manaus Centro*.

- A primeira turma teve 52 inscritos, dos quais 34 foram aprovados, 06 reprovados e 15 desistentes.

- A segunda foi composta por 40 inscritos, dos quais 27 foram aprovados, 08 reprovados e 05 desistentes.

- **Coari - Amazonas**

Em parceria com a Prefeitura de Coari, foi capacitada uma turma com 39 inscritos, dos quais 33 foram aprovados, 04 reprovados e 02 desistentes.

- **Iranduba - Amazonas**

Em parceria com a Prefeitura de Iranduba, através de sua Secretaria Municipal foram capacitadas cinco turmas, realizadas nos distritos do referido município: Cacau Pirêra, Sede e Lago do Limão.

- No Distrito Sede, teve 26 inscritos, dos quais 23 foram aprovados e 03 alunos reprovados.

- A segunda turma tendo 62 inscritos, dos quais 34 foram aprovados, 04 reprovados e 24 desistentes.

- No Distrito Cacau Pirêra, foram realizadas duas turmas, tendo 15 inscritos, dos quais 13 foram aprovados e 02 alunos reprovados. Outra turma tendo 38 inscritos, dos quais 13 foram aprovados, 03 reprovados e 22 desistentes.

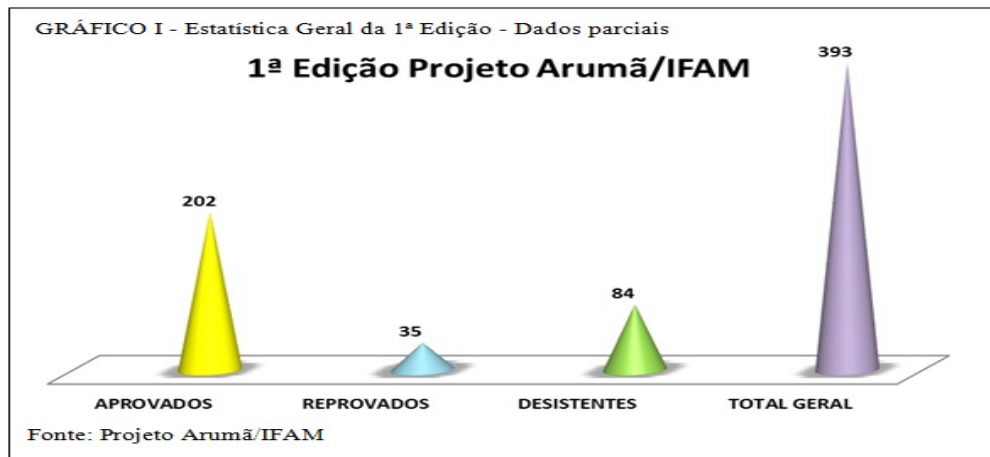
- No Distrito Lago do Limão, foi realizado uma de 46 inscritos, dos quais 25 foram aprovados, 05 reprovados e 16 desistentes.

- **Presidente Figueiredo e Urucará - Amazonas**

Esse dois municípios no momento da pesquisa ainda estavam com o curso em andamento, portanto, só temos os números de inscritos. Em Presidente Figueiredo, uma turma com 37 e a outra com 38 inscritos. Em Urucará, uma turma, com 35 inscritos.

Estatística Geral

Em resumo, o Projeto Arumã/IFAM, em sua primeira edição obteve, em números parciais:



CONCLUSÃO

Ao finalizar este artigo, podemos afirmar que o Projeto Arumã tem sido uma experiência exitosa do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) na implementação e gestão em projeto de capacitação na educação especial para professores da educação básica. Considerando as dimensões continentais do estado do Amazonas, as intempéries naturais e as dificuldades de transportes humanos e materiais, o referido tem alcançado resultados muito positivos. A carência em formação na educação especial faz com este curso seja recebido com grande ansiedade pelos profissionais da capital e interior.

Dentro da Gestão Educacional atividades são dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos e neste caso, o empenho para divulgação e participação da sociedade. A parceria entre o IFAM e as Prefeituras dos municípios em muito tem facilitado a realização deste curso. E isso, só valoriza o trabalho dispensado em sua concretização, pois as atribuições de cada ente envolvido na ação é superdimensionado, o que beneficia sobremaneira os cursistas. E a grande comprovação se dá pela avaliação realizada ao final de cada turma, quando a maioria dos cursistas afirma ter participado de uma experiência inovadora, no que tange ao contado direto com recursos materiais e procedimentos a serem dispensados aos alunos com deficiência.

A inovação do Projeto Arumã certamente esta ligada ao aspecto prático do curso, pois durante todo o seu desenvolvimento os professores tem a oportunidade de viver e conviver

com pessoas com deficiência, o que muito contribui para a quebra do paradigma da incapacidade, muito presente no imaginário das pessoas.

E o primeiro contato acontece com os professores monitores, que em sua grande maioria são cegos, surdos e deficientes físicos. Aliado a esse fator constrói-se materiais didáticos adaptados, aprende-se Libras, Braille e Soroban e por fim, Orientação e Mobilidade.

É significativo observamos entre alunos que frequentam os cursos, a relevância da convivência, a interação, a amizade, o respeito, a solidariedade, o carinho e a completude entre eles. Diante da valorização humana, qualquer diferença é desprezível. Os números são significativos, sem dúvida, mas as pessoas que os construíram são muito mais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Acesso em ago 19, 2013, em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

_____. Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (2008) Acesso em 23 set 23, 2013, em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

_____. Plano Nacional de Educação. Acesso em ago 19, 2013, em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107.

BOCK, Ana Mercês Bahia. FURTADO, Odair. TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. (2008). **Uma introdução ao estudo da psicologia**: São Paulo: Saraiva, 14ª. ed.

CURY, C. R. J. (2005). **Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis: Vozes, 15-21.

FREUD, Apud LAPLANCHE, J e PONTALS, J-B. (2001). Vocabulário da Psicanálise: São Paulo: Martins Fontes.

MATOS, F. G. D. (1996). **Empresa que pensa: educação empresarial renovação contínua a distância**. SP: Makron Books.

MORIN, E. (2000). **Os sete saberes necessários à educação do futuro**.

OLIVEIRA JR., A. R. **A gestão estratégica no Terceiro Setor: estudo de caso de uma organização religiosa eclesial no Amazonas**. Novos Cadernos NAEA, 05, n. 02, Dezembro 2002. 05-87.

PLATÃO, **A República**. (2004). Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural.

RIZZATO, Sálvio de Castro e C. MARCIÃO, Malinalia Inês R. (2013) **Apostila disciplina gestão das relações humanas**. ESO. UEA, P.3

ROCHA, A. R. (2012). Elogio à relacionalidade: o pensamento pós-moderno diante do racionalismo moderno [*Praise to relationality: the postmodern thought in front of modern rationalism*]. *Ágora Filosófica*, 1(2), 41-62.

SILVA, Reinaldo O da. (2008). Teorias da Administração. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.

VERGARA, S. C. (2000). Gestão com pessoas e subjetividade. Acesso em ago 18, 2013, em <http://reeducacao.fiap.br/2007/apresentacoes/Sylvia%20Constant%20Vergara.pdf>.